



## Projecto de Resolução n.º 834/XIV/2ª

### Requalificação e funcionamento da Linha do Douro (Ermesinde - Barca d'Alva) e subsequente ligação a Salamanca

A Linha do Douro carrega consigo todo um marco histórico de património ferroviário e memórias de um Portugal que importa preservar. Se no passado esta linha servia essencialmente para fins comerciais, foi ganhando também cada vez mais importância na mobilidade, no acesso a bens e serviços e no combate ao isolamento das populações.

A ligação internacional encerrada em 1985 e o lanço entre Pocinho e Barca d'Alva em 1988, deu origem a um crescente fosso entre regiões e um retrocesso no desenvolvimento desta zona do País.

Em 2007, pela iniciativa de 28 municípios da região, foi criada a Comissão para a Revitalização da Linha do Douro dando seguimento a que em 2008 fosse apresentado o Estudo de Investimento para reativação do troço Pocinho-Barca d'Alva, pela CCDR-Norte e pela Estrutura de Missão da Região Demarcada do Douro (EMRDD).

Em 2009 foi celebrado o Protocolo de Intenções entre diversas entidades: REFER, CP, Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, CCDR-Norte e EMRDD visando criar as condições que permitissem a exploração turística da linha do Douro entre a Régua e Barca d'Alva, incluindo a reabilitação do troço entre Pocinho e Barca d'Alva. Este Protocolo estabelece como responsabilidade da REFER o estudo e projeto das obras que viessem a ser definidas.

Em dezembro de 2019 deu entrada na Assembleia da República uma petição com 13.888 assinaturas “Pela completa requalificação e reabertura da Linha do Douro

(Ermesinde-Barca de Alva) e subsequente ligação a Salamanca”. Nuno Freitas, presidente da CP, defende a reabertura da linha ferroviária do Douro até à fronteira<sup>1</sup>, ao que se juntam os milhares de subscritores da petição pública referida anteriormente.

Estima-se que a reabertura da Linha do Douro até à fronteira implique um investimento total entre 43 milhões e 163 milhões, respetivamente, sendo que Bruxelas já manifestou interesse em comparticipar estes trabalhos.

Esta linha que é percepcionada de formas diferentes pelos dois países, recebeu do lado espanhol o título de Bem de Interesse Nacional com Categoria de Monumento, ao passo que em Portugal vários são os cenários que demonstram o abandono e o desleixo que resultaram na degradação do património ferroviário do Douro.

A linha do Douro que se desenvolve ao longo de 191 km, de Ermesinde a Barca d’Alva, representa, no seu todo, uma potencialidade no que concerne à coesão territorial e um fortíssimo desenvolvimento do mundo rural, este que tantas vezes é citado no panorama político, através de atividades com enfoque no turismo, que entendemos que deve ser sustentável.

Por outro lado, e como o PAN tem vindo a defender, importa concretizar o Plano Nacional da Ferrovia, onde se defende a reabertura, com linha electrificada, do troço Pocinho – Barca de Alva, conjugando dessa forma a sua reactivação enquanto ligação transfronteiriça, lamentando que apenas esteja previsto um estudo no programa de investimentos para 2030 (PNI2030).

É necessário reforçar o investimento na ferrovia como uma das respostas às alterações climáticas e medida de revitalização das populações do interior, criando alternativas mais sustentáveis para o transporte de pessoas e bens.



Nestes termos, a Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, por intermédio do presente Projecto de Resolução, recomenda ao Governo que:

1. Proceda à requalificação de toda a Linha do Douro e material circulante.
2. Concretize a eletrificação integral da linha do Douro.
3. Encete esforços junto do Governo de Espanha para a reabertura da ligação ferroviária a Salamanca.

Assembleia da República, 5 de Janeiro de 2021

As Deputadas e o Deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real